



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Manchetes de um abril antidemocrático: O golpe civil-militar e o AI-1 a partir dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo

CARLA MEIRELES SOARES

BRASÍLIA Dezembro / 2018



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CARLA MEIRELES SOARES

Manchetes de um abril antidemocrático: O golpe civil-militar e o AI-1 a partir dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi

Data: 11 de dezembro de 2018

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi
Orientadora
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Universidade de Brasília

Manchetes de um abril antidemocrático

- O golpe civil-militar e o AI-1 a partir dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo

Carla Meireles Soares¹

Resumo

Este artigo propõe uma abordagem sobre o posicionamento de órgãos de imprensa em manchetes publicadas no mês de abril de 1964 sobre o Golpe de Estado de 31 de março daquele ano e suas medidas autoritárias que instituíram uma ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, delimitou-se a pesquisa às manchetes veiculadas por dois jornais dentre os mais representativos periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais centros políticos, econômicos e editoriais do país, sendo estes *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. O tratamento do tema foi guiado pela premissa de que aquele foi um mês antidemocrático em decorrência das medidas de exceção postas em vigor pelo comando do golpe, com destaque para o Ato Institucional Número 1 que legaliza a tomada do poder pelos militares. Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa nos referidos jornais. A conclusão que se chega coaduna com a posição identificada pela historiografia de que a imprensa foi apoiadora do golpe e da ditadura, assim como assumiu o papel de propagandista do novo regime.

Palavras-chave: Golpe de Estado. AI-1. Manchetes de O Globo e de O Estado de São Paulo.

Abstract

This article proposes an approach on the position of press organs in its headlines published in April 1964 on the coup d'état of March 31st of that year and its authoritarian actions that instituted a military dictatorship in Brazil. In this sense, the research was based in the headlines published by two newspapers among the most representative periodicals of Rio de Janeiro and São Paulo, the main political, economic and publishing centers of the country: *O Estado de São Paulo* and *O Globo*. The approach of the theme was guided by the premise that April 1964 was an antidemocratic month due to the measures of exception put in place by the command of the coup, highlighting the Institutional Act Number 1 that legalized the military takeover. Therefore, a bibliographical research was done, as well as a research in the abovementioned newspapers. The conclusion reached coincides with the position identified by historiography that not only the press was supportive of the coup and dictatorship, but also assumed the role of propagandist of the new regime.

Key words: coup d'état. Institutional Act Number 1. Headlines from *O Globo* and from *O Estado de São Paulo*.

¹ Graduanda em licenciatura no Departamento de História da Universidade de Brasília. Agradecimento especial à Prof.^a Dra. Albene Miriam Menezes Kleme pelo companheirismo e orientação em cada etapa desse artigo.

Introdução

O mês de abril de 1964 é um divisor de águas na história do Brasil em decorrência de medidas antidemocráticas implementadas no âmbito de um Golpe de Estado civil-militar que mobilizou tropas do Exército na madrugada do dia 31 de março para primeiro de abril; na noite do dia primeiro para o dia dois, depôs o presidente constitucional João Goulart por meio de uma urdidura parlamentar que abriu espaço para uma junta militar, auto nominada Comando Supremo da Revolução, assumir inicialmente o poder de fato e iniciar, ainda no dia dois, destituições de políticos dos seus cargos, a exemplo do Governador de Pernambuco democraticamente eleito, Miguel Arraes, e efetuasse prisões². No dia nove, a junta militar expediu um ato institucional não esposado pela Constituição do país, o AI-1, que dentre outras facetas do arbítrio que se instalava previa aplicação mecanismos de exceção como o de que o governo militar poderia suspender e cassar direitos políticos e mandatos sem a possibilidade de revisão pelo poder judiciário. No dia dez, essa mesma junta, publicou a primeira lista de cassados encabeçada pelo membro do Partido Comunista e ex-líder da Coluna Prestes, Luís Carlos Prestes, segundado pelo presidente João Goulart, o ex-presidente Jânio Quadro e o governador de Pernambuco Miguel Arraes em um rol de cem nomes, dentre os quais membros do governo destituído, políticos e militares. No dia onze, conforme determinado pelo AI-1, realizou-se uma eleição indireta de um general do Exército para o cargo de presidente da República pelo Congresso expurgado dos opositores do novo regime que se instalava devido à cassação de vários de seus membros. No dia quinze, toma posse o primeiro presidente do ciclo militar que duraria até o ano de 1985, o general Humberto de Alencar Castelo Branco³. Estava assentado o autoritarismo. Abril de 1964 registrou os primeiros contornos do novo regime antidemocrático (Dreifuss, 1981; FICO, 2004; FERREIRA, 2008).

Diante desse cenário insinua-se a pergunta, como os jornais à época apresentaram o golpe e as medidas arbitrárias, particularmente o AI-1, a seus leitores no mês inaugural do longo período da ditadura que se instalava? É pretensão deste trabalho, como já mencionado, responder

² Miguel Arraes, eleito, em 1962, governador de Pernambuco pelo PST, foi preso no Palácio das Princesas na tarde do dia 1º de abril. Havia lhe sido feita a proposta de renunciar ao cargo e assim evitar a prisão, o governador recusou. Foi deposto e encarcerado em Recife, sendo em seguida transferido para Fernando de Noronha. Após protocolamento de seu habeas corpus, Arraes viria a ser libertado em maio de 1965, quando foi para a Argélia em exílio. Outra prisão emblemática foi a de Gregório Bezerra, um dos organizadores da resistência armada ao golpe em apoio ao governo federal de João Goulart e estadual de Miguel Arraes, foi preso ainda em 31 de março. Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Em 1967, foi condenado a 19 anos de prisão. Dois anos depois, foi solto em troca do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por grupos de oposição armada. Ficou cerca de dez anos exilado.

³ Logo após a deposição de João Goulart pelo Regime, no dia 2 de abril, Paschoal Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados se tornou presidência da República em exercício, permanecendo no cargo até o dia 15 de abril com a eleição indireta de Castelo Branco.

a essa pergunta com a leitura de uma amostra de manchetes veiculadas pelo O Globo e O Estado de São Paulo ao longo do mês de abril.

Observa-se que a análise histórica desse período é muitas vezes feita a partir da utilização de material de veículos de comunicação impressos. Em um contexto de renovação historiográfica, a historiadora Maria Helena Capelato atesta que “a imprensa é um manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p.13).

Esse manancial traduz-se principalmente pelas notícias, reportagens e entrevistas divulgadas⁴. Dentre os itens que compõem a estrutura de uma notícia veiculada pela mídia impressa, a manchete é um de seus tópicos importantes como assevera Albuquerque:

A manchete é um tópico importante da notícia, pois serve não só para atrair a atenção do leitor, dando-lhe conhecer sucintamente o assunto abordado, mas também fornecendo-lhe informações para que ele faça predições a respeito do texto. Em posição privilegiada - no topo do artigo, cobrindo todas as colunas que o compõem – inicia a matéria jornalística (ALBUQUERQUE, s.d.; s.p.).

Albuquerque observa também que:

As matérias jornalísticas apresentam os acontecimentos segundo a leitura de mundo e a ideologia dos produtores dos textos e das empresas jornalísticas. Os jornalistas procuram construir uma visão de sociedade de acordo com os interesses políticos e econômicos vigentes ou considerados necessários em determinado momento histórico por uma determinada facção social (ALBUQUERQUE, s.d.; s.p.).

Desse modo, este trabalho tem como objetivo realizar uma leitura da cobertura dos jornais mencionados sobre os eventos de abril de 1964 por meio de suas manchetes, em particular os títulos principais das primeiras páginas desses periódicos sobre o AI-1, instrumento essencial para legitimar o golpe de 1964. Analisar a abordagem que a mídia brasileira deu à tal esse documento é um exercício importante para aferir como foram veiculadas para a sociedade as informações sobre os acontecimentos daquele simbólico abril e identificar, na medida do possível, os posicionamentos desses órgãos de imprensa em relação ao golpe e ao regime que se instalava.

Assim, essa abordagem se dará por meio de uma análise dos títulos das notícias, as manchetes. Julga-se importante reiterar citadas observações de Albuquerque sobre o item da notícia escolhido como fonte e objeto deste artigo, qual seja, a manchete tem um papel

⁴ O texto classificado como notícia, que compõe a maior parte dos textos de um jornal, possui uma estrutura própria e caracteriza-se por apresentar, logo no primeiro parágrafo (*lead*), a principal e mais relevante informação. Elementos constituintes do texto notícia: Manchete, título auxiliar, lead e corpo da notícia.

fundamental no processo informativo pois é o componente de maior impacto do jornal com a consciência do leitor, sendo capaz de produzir um efeito de aceitação ou rejeição de uma ideia muito mais que outras partes do periódico, como por exemplo o editorial.

Levando isso em consideração, as manchetes do mês de abril de 1964 dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo foram escolhidas para a observação do fluxo de informação e o caráter da informação transmitida ao leitor antes e depois da publicação do AI-1, em 9 de abril. Mostrar a violência da situação através dos títulos e dos conteúdos dessas mensagens curtas, que tem a capacidade de mobilizar pensamentos e legitimar ações. A escolha desses dois jornais, foi pautada por sua relevância e representação de regiões estratégicas para o Brasil à época.

O Globo foi fundado em 29 de julho de 1925 com sede no Rio de Janeiro, cidade que apesar de há quatro anos não ser mais a capital do Brasil, ainda abrigava boa parte dos eventos políticos do país. O periódico é de circulação nacional e é um dos jornais de maior tiragem do país. Parte integrante do Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, o jornal é sediado desde 1954 na rua Irineu Marinho e até o ano de 1972 o jornal não circulava aos domingos. Teve Roberto Marinho como diretor-redator-chefe de 1931 até 2003 (O GLOBO, 2013). O Estado de São Paulo, com sede na cidade que lhe dá o nome, foi criado em 4 de janeiro de 1875 com vertente republicana, importante veículo por representar o polo industrial e de mercado do país. Diretor do jornal em 1964, Júlio de Mesquita Filho, herdeiro do dono do jornal, apoiou o golpe e a eleição indireta de Castelo Branco (CAPELATO; PRADO, 1980).

Definidas as fontes, teve início o processo metodológico de análise que foi composto por três fases. A primeira fase consistiu na leitura das fontes, comparação visual dos dois jornais, e incidência do termo “Ato Institucional”. A segunda fase compreendeu a listagem das manchetes em tabelas, classificação quanto a tamanho e formatação. A listagem dos dias, primeiro, dois, nove e dez de abril englobou todas as manchetes; dos demais dias foi feita apenas a listagem das manchetes das capas dos periódicos. As informações escolhidas para compor as tabelas foram as seguintes: Data, Seção, página, texto da manchete, formatação do texto (itálico, negrito ou caixa alta) e tamanho relativo do texto, classificado em PP (pequeno pequeno), P (pequeno), M (médio) e G (grande), sendo que é relativo pois pode variar de acordo com a composição da página como um todo. A terceira fase integrou a análise e cruzamento das tabelas de listagens das manchetes dos dois jornais à leitura do AI-1 (VIEIRA, 2013).

Foi entendido que a escolha de dois jornais conservadores não empobreceria a análise uma vez que reforçaria a tese de que os maiores jornais de circulação do país coadunaram com o golpe, contribuindo assim para sua classificação como além de militar, civil. Desse modo, toma-se esses dois jornais como ilustrativos das posições da grande mídia impressa. Ainda é importante destacar que no início da década de 1960 a grande imprensa era o grande veículo de informação no país, a televisão estava apenas começando e atingia um pequeno número de pessoas. Nesse fato reside a importância da reação inicial causada por uma manchete, pois na maioria das vezes aquela era a primeira e às vezes a única interpretação a respeito de um acontecimento que um indivíduo teria. Nesse sentido, o periódico, sobretudo suas manchetes e títulos, carrega um poder de doutrinação em massa (CAPELATO, 2014).

Presságios do golpe e o golpe

No início da década de 1960 no Brasil, assim como em outros países, pairava grande decepção com o comunismo dado o resultado de regimes na década anterior e a revelação dos crimes praticados pelo stalinismo. Os partidos comunistas ao redor do mundo perderam números, inclusive de intelectuais. Concomitantemente a ideologia anticomunista se espalhava vertiginosamente sendo a principal força de oposição à enfraquecida militância de esquerda (CAPELATO, 2016).

É este, de uma maneira geral, o contexto ideológico em que João Goulart assume o poder no dia 7 de setembro de 1961, um clima de “enfrentamento das facções e forte agitação política”. Tal situação tornou sua atuação no governo desde o início muito vulnerável. Enquanto as forças de esquerda pressionavam para a concretização das reformas iniciadas no governo Vargas, especialmente a agrária, as forças liberais-democratas receavam que o político, taxado como populista, abrisse as portas do país para o comunismo (DANTAS, 2014, p. 309).

Internacionalmente os eventos que mais ecoavam no contexto brasileiro eram as repercussões da revolução cubana, interpretada como novo modelo de revolução socialista; os processos de descolonização em curso na África; e a Guerra Fria que, apesar da coexistência

pacífica⁵ até a crise dos mísseis em 1962, nunca deixara, desde a morte de Stalin em 1953, de ser um fator de reafirmação da ameaça comunista manipulado principalmente pela imprensa, endossado pelos serviços de espionagem de ambas as frentes que nunca sessou. Todos esses temas eram retratados através de uma lente anticomunista na grande imprensa, no dia 2 de abril de 1964, por exemplo, a capa do segundo caderno de O Globo grita: “ÁFRICA, GRANDE OBJETIVO DO COMUNISMO INTERNACIONAL” (SIC), em caixa alta e negrito, a formatação garante o impacto e a violência da doutrinação.

O contexto sociopolítico montado no início da década de sessenta era composto por poucas frações econômicas dominantes, representadas por uma continuidade do contexto da presidência de Juscelino Kubitschek e que eram guiadas por interesses socioeconômicos multinacionais. René Armand Dreifuss em análise do período escreve: “O governo populista de Juscelino Kubitschek, chegou ao seu fim em 1960. A candidatura de Jânio Quadros representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente” (DREIFUSS, 1981, p.125). Com a eleição de Jânio, tal aliança populista se desgastou, enfraquecendo assim a capacidade de conciliação dos grupos dominantes.

A resistência às Reformas de Base defendidas pelo presidente João Goulart no Comício da Central no dia 13 de março de 1964 desembocou na Marcha da Família com Deus pela Liberdade seis dias depois, no dia 19 de março daquele ano que acusava o perigo comunista e pedia a deposição do presidente. Dia 25 de março aconteceu a Revolta dos Marinheiros e no dia 30 Jango discursa novamente, dessa vez na Assembleia dos sargentos no Automóvel Clube. Discurso mais uma vez defendia as reformas de base. No dia 31 como reação ao discurso de Jango, o general Olympio Mourão Filho encaminha suas tropas de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro, no Palácio das Laranjeiras onde estava o presidente. No outro dia Jango envia duas tropas do Exército do Rio até Minas. Enquanto isso, Amaury Kruel (comandante do 2º Exército de SP e ligado a Jango) muda de lado: por telefone, pede para o presidente dissolver o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e demitir ministros de esquerda. O presidente recusa e no caminho até Minas, a tropa carioca adere aos militares golpistas. Na madrugada do dia 31 de março para o 1º de abril o golpe militar derrubou o presidente (G1, 2014).

⁵ ‘Coexistência pacífica’ é um termo utilizado na política internacional que foi cunhado por Nikita Khrushchev para se referir às relações entre a União Soviética e os Estados Unidos entre 1955 e 1962.

Deve-se destacar a importância do complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) / IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) como disseminador de propaganda anticomunista conspiratória. Segundo Dreifuss a ocupação de postos estratégicos por parte da “elite orgânica” que compunha esses dois *think tanks*⁶, e sua participação no movimento político-civil-militar desencadeou a crise do bloco populista que levaria à deposição de Goulart, ao golpe de 1964 e à instituição de um novo bloco de poder no Estado (DREIFUSS, 1981).

No editorial de 01 de abril de 1964, o posicionamento do jornal “O Estado de São Paulo” fica claro: “Obstinadamente surdo às advertências que então lhe fizeram os velhos combatentes de 1932 e os seus descendentes, entendeu o presidente da República afrontar mais uma vez o País [...]” referindo-se ao pronunciamento do presidente no Comício da Central, dia 13 de março. Como à época a primeira capa do jornal era destinada a notícias internacionais, todas as notícias referentes ao golpe se encontravam na contracapa.

O golpe avançou com vários eventos marcantes: o Forte de Copacabana tomado por militares golpistas, a UNE incendiada e a fuga de Jango. E, no dia 9 de abril, líderes têm seus direitos políticos cassados por dez anos com a publicação do primeiro Ato Institucional. Instaura-se a ditadura militar tendo como presidente o marechal Castelo Branco, chefe do Estado-maior do Exército.

O Ato Institucional número i e a legitimação do golpe nas manchetes dos jornais

O Ato Institucional Nº 1, foi publicado no dia 9 de abril de 1964 e assinado na cidade do Rio de Janeiro, nove dias após o golpe, é o primeiro documento divulgado pela força que usurpou o poder. O documento foi assinado pelo general Arthur da Costa e Silva; pelo tenente-brigadeiro do ar Francisco de Assis Correia de Mello; e pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. O Ato Institucional recebeu a numeração “1” apenas pelo advento do Ato Institucional nº 2, divulgado em 27 de outubro de 1965. O documento foi composto por onze artigos, dos quais cinco dizem respeito à eleição do novo presidente pelo Congresso Nacional e conferem poderes ao presidente de remeter emendas da Constituição, projetos de lei sobre

⁶ Expressão da língua inglesa que diz respeito à um grupo de pessoas especializadas, pertencentes a uma instituição que proporciona ambiente para realização de pesquisas sobre os mais diversos assuntos.

qualquer matéria, de decretação de estado de sítio e, privativamente ao presidente, de criar ou aumentar a despesa pública. O Art. 7º, por sua vez, suspende as garantias de vitaliciedade e estabilidade, dando abertura para o governo demitir ou dispensar servidores públicos “desde que tenham tentado contra a segurança do País”. O Art. 10 dá prosseguimento ao discurso de manutenção da segurança e “interesse da paz e da honra nacional” coroando assim o início do estado de exceção ao conferir o direito aos Comandantes-em-Chefe de “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 1964).

Nesse sentido, sua importância se baseia no fato de ser um instrumento jurídico de manipulação que institucionalizou o golpe, e de caráter não somente anticonstitucional mas supraconstitucional que desvaloriza e golpeia a constituição do país (TORRES, 2016). O caráter de legitimação é manifesto já no primeiro parágrafo ao categorizar o golpe como “movimento civil e militar” e “autêntica revolução”. Dito isto, o documento anuncia a investida dos militares na utilização do Poder Constituinte, ao classificar o golpe como “não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação” a junta militar “legítima” o golpe uma vez que a legitimidade do Poder Constituinte depende do princípio de soberania popular.

O “alto comando revolucionário”, autodenominação criada pelos comandantes militares do novo regime esforçou-se para camuflar a arbitrariedade de seus atos com uma suposta juridicidade. Para isso, foi criado um arcabouço jurídico inconstitucional, cujo pioneiro documento é o Ato Institucional de 1964. Dois juristas de renome foram convocados: Carlos Medeiros Silva e Francisco Luís da Silva Campos e a criação de um instituto jurídico, que continha tanto uma justificação para o golpe de Estado quanto legalidade e legitimidade; o que conferiria aos militares os poderes que necessários naquele momento (RODRIGUES, 2011, p.2).

Carlos Medeiros Silva, um dos elaboradores do AI-1, prestou a seguinte declaração em outubro de 1964:

"- O Ato Institucional foi o instrumento jurídico da revolução e sem ele o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e de influência no governo. A opinião pública vitoriosa reclamava sobretudo a imediata restauração da ordem administrativa, econômica e financeira do País e a prática de atos destinados a impedir a deterioração do regime democrático" (SILVA, 1964, p. 449).

Apesar de mantida a Constituição de 1946, o AI-1 conflitava com o documento máximo da República e lhe previa alterações. Haveria eleições indiretas para os cargos de presidente e vice-presidente, realizadas pelos membros do Congresso Nacional, por maioria absoluta. E o presidente eleito teria grande poder, o de maior destaque, o de suspender direitos políticos e cassar mandatos arbitrariamente (RODRIGUES, 2011, p. 4).

O processo de legitimação do golpe foi disseminado fielmente pelos veículos de comunicação. O jornal “O Estado de S. Paulo” estampa na edição de 9 de abril de 1964 a manchete: “O País todo apóia o gn. Castelo Branco”. O Estado de São Paulo reatesta sua ideologia conservadora e também vira palco para propagação do AI-1, o jornal, apesar de não publicar a lista, dá respaldo ao Art.10 do Ato, quando é anunciada a cassação dos direitos políticos de 60 deputados federais, um governador, dois vice-governadores e dois prefeitos de capitais.

A interseção entre o Ato Institucional e os jornais estudados nesse trabalho é um tanto complexa, uma vez que muitos dispositivos de censura não tinham sido expostos antes da tomada do poder. O golpe em geral era entendido como uma medida temporária de contenção do comunismo. É possível perceber uma maior precaução ao relatar as primeiras manchetes de repressão e censura, mais comuns a partir do dia 10 de abril, do que o frenesi que foi apresentado nas manchetes da primeira semana pós-golpe.

No dia 1 de abril de 1964 o jornal O Globo não circulou. A seguinte nota circulou no dia dois: “Na noite de 31 de março de 1964, O Globo foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época”. No dia seguinte, dois de abril, as manchetes retratam uma euforia que a imprensa almejava transmitir à população, em suas manchetes quase sempre em caixa alta e negrito, O Globo descreve a tomada de poder pelos militares como o ressurgimento da democracia:

Quadro 1 – Manchetes O Globo – 2 de abril de 1964⁷

| Texto da manchete | P/T |
|-------------------|-----|
|-------------------|-----|

⁷ Os quadros numerados de 1 a 5 reproduzem a formatação das manchetes apresentadas nos jornais. Negrito, itálico, e caixas altas foram mantidas como no original para que se possa perceber as ênfases pretendidas pelos referidos jornais. Na segunda coluna informa-se a página (P) e o tamanho relativo da manchete (T). O tamanho foi determinado de acordo com uma avaliação do jornal como um todo, o tamanho G de O Globo não corresponde ao tamanho G de O Estado de S. Paulo. A ordem das manchetes na tabela segue a ordem em que as manchetes foram impressas no jornal.

| | |
|---|------------|
| FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECID | 1/M |
| EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA | 1/G |
| <i>Ressurge a democracia!</i> (Editorial) | 1/P |
| CASTELO BRANCO ADVERTIA OS COMANDOS: As Fôças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderna | 1/M |
| A ASSEMBLEIA DE PERNAMBUCO VOTOU O IMPEACHMENT DE ARRAES | 1/P |
| ADEMAR: PRECISAMOS POR UM PARADEIRO FINAL À BOLCHEVIZAÇÃO DO PAÍS | 2/M |
| INCISIVO PRONUNCIAMENTO DE MOURA ANDRADE | 2/P |
| EM MEIA HORA O FORTE COPACABANA CAIU NAS MÃOS DA TROPA LEGALISTA | 3/M |
| A DECISÃO DA PÁTRIA | 3/M |
| Controle Absoluto da Capital Cearense | 3/P |
| TUDO PRONTO PARA O BRILHANTISMO DA GRANDE MARCHA PELA DEMOCRACIA | 4/M |

As manchetes do jornal transmitem uma atmosfera festiva e de alívio para o leitor, ao anunciar a marcha que aconteceria em comemoração ao golpe. A menção à velocidade com que os acontecimentos se desenrolaram é usada como tranquilizante e passa a ideia de que o processo consistiu em uma transição simples e que agora no poder finalmente estava um grupo totalmente capaz de salvaguardar a democracia, descrita como ameaçada pelo comunismo.

Por sua vez, O Estado de São Paulo se apresenta uma configuração mais sóbria, mas não menos golpista:

Quadro 2 – Manchetes O Estado de São Paulo – 1 de abril de 1964

| Título da manchete | P/T |
|--|-------------|
| O discurso de Goulart fez precipitar a crise política | 3/M |
| Profissionais liberais do Paraná contra a subversão | 3/p |
| O Brasil espera | 3/M |
| Expectativa nos meios políticos paulistas; normal o trabalho | 4/M |
| D. Jaime defende uso do rosário em manifestação cívica | 4/M |
| Congresso não será mudado, declara o líder do PTB | 4/P |
| Goulart tenta eximir-se de culpa pela crise | 4/P |
| Moura Andrade exorta o povo a defender o regime | 5/M |
| Oficiais estão prontos para defender regime e instituições | 5/M |
| Falcão acusou Goulart de fomentar a desordem | 5/P |
| São Paulo e Minas levantam-se pela Lei | 32/G |
| <i>Era preciso assegurar a legalidade. Diz Magalhães</i> | 32/M |

| | |
|---|------|
| <i>Kruel: Contra o comunismo o movimento de São Paulo</i> | 32/M |
|---|------|

Quadro 2 – Manchetes O Estado de São Paulo – 2 de abril de 1964

| | |
|--|------|
| Título da manchete | P/T |
| Vitorioso o movimento democrático (Editorial) | 38/G |
| <i>Aprovado o "impeachment" do gov. Arraes</i> | 38/M |
| <i>Mazzilli será o novo presidente</i> | 38/M |
| Jurema foi preso quando tentava deixar o Rio | 38/P |
| Respondem agora pela Marinha 5 almirantes | 38/P |
| <i>Substituto do presidente da República</i> | 38/P |

A descrição do golpe como “movimento democrático” é uma amostra da campanha e propaganda anticomunista que vinha sendo feita no país. A ideia de que uma intervenção militar era necessária para reestabelecer a ordem e expurgar o comunismo era o guia principal das manchetes pós-golpe. Outra característica observável nas manchetes é a tendência a mencionar a participação do Congresso na tomada de decisões, como também uma maneira de justificativa, o impeachment de Arraes e o AI foram simbolicamente levados ao Congresso, enquanto sua implementação, na verdade, não dependia daquela casa. Com o passar dos dias, a necessidade de justificar o golpe começa a esmaecer, o que é um presságio do descumprimento da garantia de transitoriedade da intervenção.

Levando em consideração que a imprensa, não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade, é possível identificar uma retórica doutrinadora contínua nesses dois jornais desde muito antes do primeiro de abril, no entanto, o apoio às ações pós-golpe se destacam pelo fato de que o caráter ditatorial, intolerante e violento se torna a cada dia mais presente, tendo seu primeiro grande impacto com a publicação do AI (CAPELATO, 1988, p.24).

Conforme pesquisado, infere-se que a grande imprensa em 1964, muito além de um veículo de informação, se tornou via de propaganda e legitimação do golpe. As manchetes, importante integrante do conjunto, é capaz de produzir o efeito de aceitação da ideia impressa.

A ideia de que a democracia estava sendo assegurada foi a primeira construção mentirosa adotada pelas manchetes após o golpe. Assim, se observa que a imprensa vinha

preparando o terreno para a introdução de um instrumento jurídico que violaria a Constituição. Por serem mensagens curtas, as manchetes são rapidamente absorvidas e processadas pela consciência do leitor, exercendo assim um poder imensurável, mas visível e desesperador. Nesse sentido, uma análise da repercussão do AI-1 é relevante para entender como se organizou o posicionamento desses jornais após o exílio de Jango e a ascensão de Castello Branco, frente à primeira manifestação de comunicação do “Comando Supremo da Revolução” para com a sociedade.

É importante destacar que eventos históricos moldaram o posicionamento da grande imprensa e contribuíram para seu maior engajamento contra o perigo que representava o comunismo, a insurreição de 1935 é um desses eventos. Longe de qualquer busca por neutralidade, O Globo e O Estado de S. Paulo construíram, através de linguagens pouco similares, o caminho para a legitimação do golpe de 1964, que seria juridicamente respaldado pelo inconstitucional Ato Institucional, que por sua vez seria novamente exaltado nas páginas desses jornais.

Dois estilos, uma mensagem

Ao realizar uma leitura, tanto intercalada quanto contínua de O Globo e O Estado de S. Paulo, o leitor percebe, sem a necessidade de um grande exercício comparativo, as diferenças da estética, métrica e retórica entre os dois periódicos. Vários são os fatores que justificariam essas diferenças, regiões diferentes (Rio de Janeiro e São Paulo), público diferente por conta de regionalismos que eram mais visíveis à época do que hoje em um mundo mais globalizado. Regionalismos esses marcados pelo fato de o Rio de Janeiro ainda figurar como polo administrativo do país, e São Paulo como polo econômico da agricultura e indústria.

Essas diferenças se explicitam na maneira de o jornal abordar determinado tema, nesse caso o golpe civil-militar dia 1 de abril de 1964 e a publicação do AI-1, nove dias depois. A diferença de estilos e abordagens é um tanto eficaz no sentido de propagação de uma ideia, pois alcança e influencia uma maior diversidade de públicos. Nos casos analisados, apesar da diferença de estilos, a mensagem transmitida tem o mesmo objetivo imparcial: propagação do apoio ao golpe.

A publicação do AI foi feita de uma forma ligeiramente mais tímida por esses jornais, uma vez que os recursos a serem utilizados por esse dispositivo não eram necessariamente conhecidos quando o golpe estava sendo planejado e ganhando adeptos.

- O Estado de São Paulo

O jornal é na verdade composto por um paradoxo, ao mesmo tempo que é de um viés liberal-democrático, é também conservador, pois na prática defende uma democracia das elites. O jornal sempre foi contra os governos Vargas e João Goulart e chegou a se aliar à UDN. A capacidade dos veículos de comunicação em reavivar a imagem de Getúlio da época da ditadura do Estado Novo é impressionante (CAPELATO, 2016). Essa pressão incessante e os resultados conhecidos tiveram como um de seus protagonistas a imprensa. O conservador O Estado de São Paulo demonstrou oposição desde o primeiro governo de Vargas, na visão do jornal, o governo Jango foi herdeiro de Vargas, e assim a oposição persistiu refletindo a reação da classe dominante. O jornal caracterizava Vargas e Jango como populistas. O único jornal não opositor à Vargas e Jango, A última Hora, foi criado por Samuel Weiner, braço direito de Getúlio. (DANTAS, 2014).

O Estado de S. Paulo apresenta uma formatação mais normativa e previsível, com poucos negritos e itálicos, caixa alta quase nunca, transmite sobriedade através da homogeneidade de seus títulos. Tal característica é combinada harmoniosamente com a propaganda que o jornal faz à segurança e unidade da sociedade e à necessidade de “Defender o Regime” (O Estado de S. Paulo, 01/04/1964, p. 5, 10; 03/04/1964, p. 1, 6).

No dia 10 de abril o jornal apresentou as seguintes manchetes:

Quadro 3 – Manchetes O Estado de São Paulo – 10 de abril de 1964

| Texto da manchete | P/T |
|--|-----|
| Entra em vigor o Ato Institucional | 1/G |
| Amanhã a eleição do presidente | 1/P |
| <i>A proclamação dos 3 ministros</i> | 1/M |
| Mazzilli manifesta sua concordância com o ato | 1/M |
| Normais as operações de redesconto | 1/P |
| Terá vigência até janeiro de 1966 [reprodução de todo texto do AI] | 1/G |
| Argentina: repercutiram bem as exigências feitas pelos militares no Brasil | 2/M |
| <i>Espera-se tranquila vitória do general Castelo Branco</i> | 3/P |

| | |
|---|------|
| Bispo diz ser subsersiva a cartilha de Paulo Freire | 3/P |
| Mourão diz que regime presidencialista é perigoso | 3/P |
| Estudantes do Paraná contra os totalitários | 3/P |
| <i>O secretário da Justiça analisa os rumos da revolução</i> | 4/M |
| Lacerda poderá licenciar-se | 4/P |
| Presos onze professores da Universidade de Brasília | 4/P |
| PRESOS [lista de presos na UnB] | 4/P |
| MATERIAL SUBVERSIVO | 4/PP |
| Maçons apóiam a revolução dos democratas | 4/P |
| Arrombado o apartamento do gen. Mourão | 4/P |
| Ex-secretário da Segurança acusado de provocar greve | 4/P |
| Debatido na Câmara o Ato Institucional; Juarez diz tratar-se de obra perfeita | 5/M |
| <i>Prisão de deputados</i> | 5/P |
| Foram afastados os funcionários comunistas da Petrobrás | 5/P |
| Convocados militares do govêrno Arraes | 5/P |
| Procurado um ex-colaborador de Goulart | 5/P |
| Senador analisou a base jurídica do Ato Institucional | 6/M |
| Afastado de liderança o deputado totalitário | 6/P |
| Vitória: outros nomes em lugar de comunistas | 6/P |
| Formulado no Rio plano de combate aos especuladores | 7/M |
| "Paris Match" focaliza o gov. Lacerda e a revolução | 7/P |
| Iniciada a reforma da Universidade do Brasil | 7/P |
| Levantamento do material usado na campanha de alfabetização | 7/P |
| Trabalhadores solidários com o Congresso e Forças Armadas | 10/M |
| Cadeia para os ladrões | 10/P |
| Dirigente sindical expõe distorções dos totalitários | 11/M |
| Abertas no DCT 15 malas com literatura subversiva | 11/M |
| Apreensão de carga aérea | 11/P |
| <i>Apreensão de malas postais com material subversivo em Santos</i> | 12/M |
| Legislativos louvam ação da nossa imprensa | 34/M |
| Não transigiremos com o comunismo, diz Leitão da Cunha | 34/G |
| Brizola esvaziou os cofres da Caixa | 34/P |
| Desfilam em Recife 200 mil democratas | 34/P |
| <i>Comprova-se a ação de estrangeiros na trama</i> | 34/M |
| Cassação de direitos: há uma lista de 100 nomes | 34/P |

Apesar de ter se reproduzido todo o texto do AI já na capa de O Estado de S. Paulo, o anúncio do Ato é de retórica um pouco mais contida e legalista ao se comparar com as escancaradas manchetes “Vitorioso o movimento democrático” e “Democratas dominam tôda a

nação” ambas manchetes de 2 de abril. Essas manchetes representam como em um primeiro momento a propaganda do golpe se respaldou na promoção de emoção e patriotismo e, a partir do dia 9, com a publicação do AI, migrou para o terreno de linguajar jurídico e legalista. Tem início assim o processo de legitimação do golpe. Portanto, o periódico cumpre seu compromisso propagandístico para com o golpe e garante a promoção da aceitação do documento pela população seja por meio da personificação do apoio: “Mazzilli manifesta sua concordância com o ato”. Esse é também o dia em que as primeiras repressões ganham espaço entre as manchetes que até então tinham mais um caráter de propagação da segurança: “Presos onze professores da Universidade de Brasília”; “MAERIAL SUBVERSIVO”; “Prisão de deputados”; “Foram afastados os funcionários comunistas da Petrobrás”; “Bispo diz ser subversiva a cartilha de Paulo Freire”. A impessoalidade presente nessas manchetes em comparação com as do início do mês é percebida por uma suave mudança na orientação das manchetes que tenderão durante o período ditatorial a se tornarem mais informativas do que doutrinatoras.

Por outro lado, as manchetes que noticiam pequenas insurreições são usadas como justificativa das repressões, trazendo a ideia de que essas foram necessárias para a manutenção da ordem: “Arrombado o apartamento do gen. Mourão”, “Ex-secretário da Segurança acusado de provocar greve”, “Brizola esvaziou os cofres da Caixa”.

Não é coincidência a manchete “Prisão de deputados” vir logo depois de “Debatido na Câmara o Ato Institucional; Juarez diz tratar-se de obra perfeita”; a combinação das manchetes e sua ordem podem ser comparadas às linhas das partituras tocadas pela apresentação de uma orquestra: uma prepara caminho para a outra, elas se conectam e se completam. O AI foi analisado e aprovado várias vezes, como um coro que se repete ao longo da apresentação, era imprescindível que o leitor absorvesse a sensação de legalidade do dispositivo: “Senador analisou a base jurídica do Ato Institucional”.

O respaldo jurídico e o apoio por setores da sociedade, é intercalado com anúncios de controle: “A subversão no MEC começou na gestão de Paulo de Tarso”; “Afastado de liderança o deputado totalitário”; “Apreensão de carga aérea”; “Apreensão de malas postais com material subversivo em Santos”.

Por fim, o maestro tem seu papel reconhecido: “Legislativos louvam ação da nossa imprensa” e o dia é encerrado, após a preparação do leitor com todas as manchetes que garantem

a aprovação imprescindível do AI, com seu recurso mais cruel: “Cassação de direitos: há uma lista de 100 nomes”.

É importante destacar que um dos aspectos ressaltados nas manchetes e que também contribuiu para o processo de legitimação do golpe e do AI-1 foi a propagação de uma aprovação internacional ao movimento, várias manchetes noticiam a repercussão que o golpe teve em países como Argentina e Estados Unidos.

A transição do emocionalismo e patriotismo para o período de legitimação e concomitante introdução da repressão no regime é marcada pela publicação do AI-I, essa transição histórica é percebida através de uma transição retórica e textual das manchetes de O Estado de S. Paulo.

- O Globo

O Globo possui um estilo interativo que flerta a onomatopeia. Se existe um padrão na diversidade de formatação esse é a ausência de padrão algum. Negrito, itálico e caixa alta são utilizados para dar o nível de destaque desejado a partir da observação desses itens e do tamanho das fontes, é possível identificar o as causas que o jornal tem mais interesse de incutir no imaginário público. O jornal não circulou no dia primeiro de abril, divulgou uma nota anunciando que havia sido invadido. No dia seguinte o editorial intitulado “Ressurge a democracia!” transmite uma sensação de alívio para a sociedade que, dizia, vinha sendo assombrada pelo fantasma do comunismo. Mazzilli foi tratado como herói e sua posse como um grande evento de redenção da pátria: “EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA”, “*O Congresso Empossou Mazzilli*”. Enquanto isso, a imagem de João Goulart foi traçada como sendo uma ameaça à democracia: “*FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECID*”, e a especulação sobre seu destino: “Goulart Abandonou Brasília e Tomou Destino Desconhecido” (O GLOBO, 02/04/1964, p. 1, 6)

O Globo começou a noticiar o Ato Institucional ainda na edição do dia 9 de abril:

Quadro 4 – Manchetes O Globo – 9 de abril de 1964

| Texto da manchete | P/T |
|---|------|
| Congressistas Propõem um Ato Constitucional Para Dar Fim ao Extremismo no País | 1/G |
| CASSADOS OS MANDATOS DE TRÊS DEPUTADOS EM MINAS | 1/PP |

E no dia 10 de abril, O Globo circula com as manchetes:

Quadro 5 – Manchetes O Globo – 10 de abril de 1964

| Texto da manchete | P/T |
|---|------|
| CASSADOS OS MANDATOS DE 40 PARLAMENTARES E SUSPENSOS DIREITOS POLÍTICOS DE 58 PESSOAS | 1/G |
| <i>O Nôvo Presidente (editorial)</i> | 1/M |
| <i>LEITÃO DA CUNHA DIZ QUE O BRAZIL NÃO PACTUARÁ COM O COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA</i> | 1/M |
| CONVOCADO O CONGRESSO PARA ELEGER AMANHÃ O PRESIDENTE E O VICE | 1/P |
| <i>Nove Governadores do Nordeste Trouxeram Seu Apoio a Castelo Branco</i> | 1/M |
| <i>O Ministro da Guerra Anuncia a Instauração de Uma Nova República</i> | 1/PP |
| ATO INSTITUCIONAL GARANTE ARMAS PARA A DEMOCRACIA | 1/G |
| <i>Ante a Derrota Brizola Raspou os Cofres da Caixa Econômica do R. G. do Sul</i> | 1/P |
| <i>CONFIANÇA NO BRASIL: A VOLKSWAGEN INVESTIRÁ MAIS 28 BILHÕES DE CRUZEIROS</i> | 3/M |
| A CNTC Aos Comerciantes do Brasil: Pela Democracia, Contra o Comunismo Ateu! | 3/M |
| O EXÉRCITO ELIMINOU OS FOCOS VERMELHOS NA ÁREA DE CAPIVARI E PARACAMBI | 4/M |
| Edmundo Haas: A Greve Dos Médicos Belgas é Contra a Escravidão Socialista | 5/M |
| <i>O Presidente da República Dirige Manifesto à Nação Sobre o Ato Institucional</i> | 6/M |
| <i>Nove Governadores do Nordeste Trouxeram Seu Apoio a Castelo Branco</i> | 6/M |
| PEDIDA A CASSAÇÃO DOS MANDATOS DE TRÊS DEPUTADOS DO E. DO RIO | 6/P |
| CONVOCADOS OS RURALISTAS A CONTINUAR MOBILIZADOS PELA DEFESA DA DEMOCRACIA | 7/P |
| <i>O GENERAL PETER DE HAVILLAND TEM FÉ NO GOVÊRNO BRASILEIRO</i> | 7/M |
| OPERAÇÃO LIMPEZA | 9/M |
| <i>Arraes Liderava um Vasto Esquema de Subversão em Toda a Zona Nordestina</i> | 9/M |
| OS FUZILEIROS REALIZARAM BUSCA NO APARTAMENTO DE SEU EX-COMANDANTE | 10/M |
| <i>O Atraso no Pagamento do Pessoal do Estado Teve Por Causa a Baixa Arrecadação Por Fôrça Das Crises</i> | 10/P |
| Nei Braga: A Revolução Será Completada Com Energia, Sem Injustiças | 10/M |
| <i>LEITÃO DA CUNHA DIZ QUE O BRAZIL NÃO PACTUARÁ COM O COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA</i> | 10/M |

Menos sutil que O Estado de S. Paulo, o jornal O Globo organiza suas páginas com mais diagramação em caixa alta, letras garrafais e negrito. A notícia do AI ainda no dia 9 de abril

indica mais proximidade da redação do foco dos acontecimentos, o Rio de Janeiro. É perceptível um otimismo mais naturalizado nas páginas de O Globo que O Estado de S. Paulo. A propaganda anticomunista continua e a aprovação do golpe pela comunidade internacional é manipulada e assim louvada como parte do processo de legitimação do golpe pela frente da imprensa.

O jornal demonstra menos receio ao publicar um grande número de manchetes sobre prisões e cassações. O AI obteve destaque na publicação do dia dez que contou com manifesto do presidente a favor do documento que, ironicamente, “garantia armas ao golpe”. A manchete de capa “ATO INSTITUCIONAL GARANTE ARMAS PARA A DEMOCRACIA” é uma síntese adequada para o que o documento representa, instrumento de legitimação e coerção através da violência e extinção de direitos.

De acordo Giorgio Agamben, o estado de exceção tem início quando algum instrumento jurídico é utilizado para limitar as liberdades pessoais e suspender ou desconsiderar artigos da constituição. O que antecede esse cenário é o discurso de “por razões de segurança”. Agamben desenvolve essa argumentação com base no atentado de 11 de setembro de 2001, no entanto, é possível aplicá-la também ao contexto que o Brasil se encontrava em abril de 1964, quando “medidas de segurança” foram utilizadas como necessárias para defender a sociedade da ameaça comunista. O real propósito de tais medidas, porém, não é prevenir perigos ou catástrofes, mas sim controlar a população com o fim de alcançar objetivos políticos e econômicos (AGAMBEN, 2013).

No paradigma do estado de exceção o conceito de segurança é essencial. O discurso político baseado em tal conceito teve grande importância na ascensão dos estados absolutistas europeus. O objeto em torno do qual gira tal retórica se altera dependendo do contexto histórico. No contexto do golpe de abril de 1964 o objeto é o comunismo, mas a retórica de repete. Um exemplo dessas noções não jurídicas que são utilizadas enquanto fatores instigadores de emergência é o conceito de crise. Quando a crise e o julgamento são separados do seu correspondente temporal e passam a integrar não apenas a economia e a política, mas todos os aspectos da vida social, coincidindo com a normalidade, a utilização dessa palavra torna-se apenas uma ferramenta de governo (AGAMBEN, 2013, S/P).

As manchetes do dia 31 de março à 10 de abril comprovam a teoria do estado de exceção de Agamben, ao coagirem o leitor sobre a *crise*:

Quadro 6 – Manchetes O Estado de S. Paulo – 1 e 9 de abril de 1964⁸

| |
|---|
| O discurso de Goulart fez precipitar a crise política |
| Goulart tenta eximir-se de culpa pela crise |
| A cronologia dos acontecimentos da presente crise |
| Preocupa os EUA a crise no Brasil; notas dos jornais |
| Lacerda recebe novos aplausos por sua ação na crise |

Em O Globo, a palavra foi utilizada em três páginas nos dias 2 e 10 de abril:

Quadro 7 – Manchetes O Globo – 2 e 10 de abril de 1964

| |
|--|
| A solução rápida da crise deveu-se à ação decisiva dos generais |
| Magalhães Pinto Define a Posição de Minas na Crise |
| O Atraso no Pagamento do Pessoal do Estado Teve Por Causa a Baixa Arrecadação Por Fôrça Das Crises |

Assim, o processo de politização da crise tem um roteiro que é facilmente apreendido por essas manchetes: a causa da crise (Goulart e o comunismo), a cronologia da crise (o governo de Jango) e a solução da crise graças a Lacerda e dos generais (o golpe), assim como as consequências da crise (a real e legítima crise desencadeada pelo golpe é atribuída ao governo destituído). Com isso, o processo democrático é deteriorado uma vez que a capacidade de decidir desaparece por conta do caráter “crítico” e de “insegurança”. Tem-se assim um estado de exceção contínuo, e o governo tende a tomar a forma de um perpétuo golpe de estado. Este paradigma é característico do período ditatorial no Brasil, que ascendeu com um discurso de transitoriedade decorrente da necessidade fictícia de se recorrer a medidas de segurança, e perdurou por vinte anos.

Considerações finais – A imprensa como instrumento político

A legitimação do golpe de 1964 na consciência da população se deu em duas frentes: a grande imprensa e a elaboração do AI. Essas duas frentes se comunicavam constantemente,

⁸ Nos quadros 6 e 7 não foram preservadas as formatações originais uma vez que o maior enfoque é no texto, mais especificamente na palavra crise.

uma vez que a mesma elite permeava a esfera da comunicação, a política, a economia e a militar, daí a classificação civil-militar do golpe. Como poderia assim um expediente normativo não previsto anteriormente, inexistente, estar acima da Constituição, que era vigente? O papel da grande imprensa em propagar o instrumento legitimador do golpe pode ser percebido e analisado a partir das manchetes desses dois jornais.

Assim como o anticomunismo é utilizado como pretexto e manipulado para justificar o golpe, manchetes sobre insurreições são utilizadas para justificar a necessidade de um instrumento jurídico que protegesse o regime. As análises desenvolvidas com base nas manchetes coadunam e endossam essas assertivas. Tal manipulação da imprensa por meio das manchetes diz respeito à uma manipulação da realidade: ao prender pessoas arbitrariamente e baixar atos inconstitucionais sob títulos como “Ressurge a democracia”.

Na década de 1960 a grande imprensa era um dos grandes veículos de comunicação, ao lado do rádio e da televisão, era o que atingia o maior de pessoas. Toda diagramação desses jornais não era inocente, pelo contrário, foi feita com o objetivo de doutrinar e mobilizar seu leitor a favor de sua causa. O posicionamento das manchetes, a utilização de recursos de formatação, tudo interfere na forma que a mensagem será percebida. Combinadas a instrumentos jurídicos de dominação, no caso o AI-1, as manchetes tiveram grande papel na legitimação do golpe de abril de 1964. As manchetes têm o poder de legitimar ações inconstitucionais no imaginário da população. Nesse sentido, as manchetes foram instrumento ideal para a veiculação de um discurso golpista que instituiria um estado de exceção ao longo de duas décadas no Brasil.

Fontes:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1964). Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 6-11-2018.

O Estado de SP - 31 de março à 30 de abril de 1964.

O Globo - 31 de março à 30 de abril de 1964.

Silva, Carlos Medeiros (out./dez. 1964). “Seis meses de aplicação do Ato Institucional”. In Revista de Direito Administrativo, n. 78, p. 449-452.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. *Por uma Teoria do Poder Destituente*. Palestra pública em Atenas, 16.11.2013. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/node/1323458> Acesso: 03/12/2018, 21:00h.

ALBUQUERQUE, Maria Eulalia Tomasi. *Propostas de atividades com manchetes de jornais*. In Linguagens & Cidadania. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/31488/17249> Acesso em: 02/12/2018, 23:30h.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História do Brasil e revisões historiográficas in Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 23, n. 43 (2016). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/63852> Acesso: 03-11-2018. 22:00h.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

_____. *1964: Entrevistas / Maria Helena Capelato - O papel da Imprensa no golpe*. 2014. (29m:50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2teX16wFfvc> Acesso: 02-12-2018, 21:20h.

CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia – o Jornal O estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. In Estudos Avançados, vol. 28, no. 80 São Paulo, Jan./Apr. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007 Acesso: 02-12-2018, 21:20h.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil Republicano*. WEB (tese PUCRS) <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2114/1/000441309-Texto%2bCompleto-0.pdf>.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In FERREIRA, J.; Delgado, L. N. de A.. *História do Brasil República. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 342-404.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar 2004*. Revista Brasileira de História vol.24 no.47 São Paulo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003> Acesso em: 02/12/2018, 23:30h.

G1, Rio de Janeiro: *50 anos do golpe militar de 1964º, O GOLPE EM 33 DIAS*. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> Acesso: 03-11-2018. 22:00h.

O GLOBO, Rio de Janeiro: Organizações Globo, *Memória*. 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/> Acesso: 03-11-2018. 22:00h.

RODRIGUES, Athanis Molas. *Uma análise purista do ato institucional*. 2011. Disponível em: <https://www.diritto.it/author/athanis-molas-rodriques/>.

TORRES, Mateus Gamba. *O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964 in Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 8, no.3, setembro-dezembro, 2016, p. 489-505. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v8n3a42016.pdf> Acesso: 4/9/2018, 23:00h.

VIEIRA, Lucas Schuab. *A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método*, 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso: 4/9/2018, 23:00h.

DECLARAÇÃO DE AUTENCIDADE

Eu, Carla Meireles Soares, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Manchetes de um abril antidemocrático: O golpe civil-militar e o AI-1 a partir dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 06 de dezembro de 2018.

Carla Meireles Soares